



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

67

ATA DA DUCENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às 9 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, realizou-se a **246ª** (ducentésima quadragésima sexta) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de fevereiro de 2016, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Confis/Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal. Estiveram presentes os Conselheiros: **Isamara Barbosa Caixeta**, representante titular do Ministério da Fazenda – MF; **Lúcia Aída Assis de Lima** e **Lucas Fonseca e Melo**, representantes titulares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; o Sr. **Rafael Ferreira Fontes**, Superintendente de Controladoria e Riscos e, como convidados para prestar esclarecimentos, a Sra. Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Auditora, e os Srs. Daniel Santana Abreu, Gerente de Auditoria, e Goiazires da Silva Borges, Superintendente de Contabilidade. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise da pauta: **1. Acompanhamento dos Atos da Administração. 1.1. Examinar, mensalmente, as atas das reuniões da Diretoria Colegiada, destacando os assuntos mais relevantes, com comentários. 1.1.1. Ata da 1.224ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 1º/12/2015.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca: Voto Dipai nº 026/2015. Processo Sureg/SC nº 21215.000347/2015-00. Acordo de Cooperação entre a Conab e a Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central SC/RS – Contas Vinculadas – PAA. O Parecer Gejur/SC nº AP 26/2015 concluiu pela inexistência de óbice jurídico. O voto foi aprovado. O Confis registra que foi solicitado relatório trimestral sobre o assunto, por meio do Ofício nº 3/2015-CONFIS/CONAB/DF, de 23/7/2015. **1.1.2. Ata da 1.225ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 8/12/2015.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca: **a)** item 2: o Diretor de Política Agrícola e Informações entregou cópia de relato sobre a situação de locação de veículos pelas Superintendências Regionais para o levantamento de safra. O problema é o encerramento de contratos de locação e a impossibilidade momentânea de nova contratação e, nas Suregs que não dispõem de contrato, a opção de orientar o empregado a alugar veículo em seu nome. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside: **a.1)** informar quais providências foram tomadas pela Companhia com vistas a solucionar o problema; **a.2)** revogar a orientação às Suregs no sentido de empregado alugar veículo em seu nome, encaminhando cópia ao Conselho Fiscal; **b)** Voto Presi nº 26/2015 – Processo Suorg nº 21200.002129/2015-61 - Retomada Coordenada da Gestão Integrada da Estratégia, Programas, Projetos e Operações para a Conab. O voto foi aprovado. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, que a Superintendência de Estratégia e Organização -

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Suorg presente, ao Colegiado, o Planejamento Estratégico da Companhia, quando concluído. **1.1.3. Ata da 1.226ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 15/12/2015.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca: **a)** Voto Dirab nº 34/2015 – Processo nº 11.000262/2014: refere-se ao encerramento das atividades operacionais da Unidade Armazenadora de Itaqui/MA. Essa unidade foi construída no Porto Organizado em Itaqui em terreno, hoje pertencente à Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, arrendado à Conab (CIBRAZEM) em 1987, com renovação em 1997 e vencimento em 2005, quando a EMAP não concordou com a renovação do arrendamento. Desde então, a Conab e a EMAP tiveram diversos impasses até a celebração do Contrato de Transição nº 11/2015/00. Todavia, a Conab não tem mais interesse em renovar ou efetivar um novo contrato de arrendamento. Por essa razão, a Diretoria Colegiada da Conab aprovou o encerramento das atividades e a devolução do terreno. Entretanto, deduz-se que no terreno foram realizadas benfeitorias necessárias e úteis, dentre elas a própria Unidade Armazenadora. Assim sendo, uma vez que o Voto é silente sobre o responsável financeiro pelas obras, bem como sobre possíveis indenizações sobre os montantes gastos pela Conab, o Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside: **a.1)** informar quem efetivou os gastos para a construção da Unidade Armazenadora; **a.2)** esclarecer se há previsão contratual de indenização desses valores, caso as obras tenham sido suportadas pela Conab; **a.3)** informar se há benfeitorias úteis e necessárias realizadas pela Conab; **a.4)** apresentar resumo sucinto sobre o assunto, bem como dos contratos; **b)** Voto Diafi nº 64/2015. Processo Supad nº 21200.2136/2015-62. Ratificação de dispensa de licitação para contratação emergencial de empresa prestadora de serviços de vigilância para a Matriz e CDRH, fundamentada no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8666/93. A contratação emergencial é fundamentada no fato da empresa contratada Ágil Empresa de Vigilância Ltda ter manifestado desinteresse com a relação contratual, alegando defasagem no preço. Contudo, a mesma negou-se a efetuar uma rescisão amigável. Todavia, chama a atenção o valor do novo contrato emergencial celebrado (R\$ 129.398,07 mensais) com a empresa New Line Vigilância e Segurança Ltda. Esse valor, segundo a área técnica da Superintendência de Administração, é inferior ao mínimo estabelecido pela Portaria MP 07/2015. Entretanto, não foi informado o valor que era pago à empresa Ágil, muito menos qual era a proposta do segundo colocado no Pregão Eletrônico 14/2012. Assim sendo, tendo em vista a possibilidade de rescisão unilateral do contrato celebrado com a empresa Ágil, nos termos do art. 24, XI, c/c art. 78 e 79, inciso I, todos da Lei nº 8.666/93, o Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, informar os valores da proposta inicialmente vencedora da empresa Ágil, bem como o valor proposto pela segunda colocada no Pregão Eletrônico 14/2012. **1.1.4. Ata da 244ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada, de 18/12/2015.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca: **a)** Voto Presi nº 28/2015. Processo nº 21200.002170/2013. Aprovação do 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Conab nº 30/2013, assinado com o Banco do Brasil S.A., para



prestação de serviço de gestão e administração financeira dos recursos destinados à modernização, ampliação, reforma e construção de armazéns, com os seguintes objetos: prorrogação da vigência (até 2018), reescalonamento de serviços previstos no item 3.1 do Projeto Básico, readequação do Plano de Investimento e a alteração do valor (R\$ 44.766.494,69) estimado do contrato para o novo período de vigência. O Termo foi analisado pela Cojur. O voto foi aprovado; **b) Voto Diafi nº 66/2015.** Processo nº 21221.000403/2015-19. Ratificação de inexigibilidade de licitação para a contratação de empresa privada para manutenção preventiva, corretiva e a correta programação central de comutação telefônica da Sede da Sureg/PB. O Parecer Sureg/Gejur PB nº GG 123/2015 concluiu pela inexigibilidade de licitação, desde que respeitados os pressupostos pertinentes à publicação dos atos de inexigibilidade, para que tenham a validade legal. Voto aprovado. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, informar se a Sureg/PB adotou os procedimentos recomendados pela Gejur/PB; **c) Voto Dipai nº 28/2015.** Processo nº 21200.001915/2014-60. Aprovação da substituição das versões *Standard*, dos softwares Microsoft Office 2013 e Microsoft Project 2013, pelas versões *Professional*. A razão da substituição se deve a pedido da empresa vencedora do pregão que alegou alta do dólar. Segundo relatado no voto, a versão *Professional* é superior e teria conseguido a tal versão numa promoção do fabricante. A Cojur afirma que a substituição não encontra óbice com base em acórdãos do TCU, mas deveria ser referendada pela Diretoria Colegiada. Voto aprovado. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, cópia do parecer jurídico; **d) Voto Dipai nº 29/2015.** Processo nº 21200.001478/2015-65. O Confis verificou que o objeto do referido Voto é o mesmo do Voto Dipai nº 24/2015, que foi examinado na Ata da 245ª Reunião Ordinária do Confis, de 18/2/2016, item 1.1.3., alínea "d". O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, esclarecimentos.

1.1.5. Ata da 1.227ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 22/12/2015. Após exame da referida Ata, o Confis destaca: item 1: notificação, extra-judicial, ao Banco do Brasil, diante dos acordos a consenso que foram feitos para elaboração de Termo Aditivo e que o Banco não cumpriu. A Conab elaborou a minuta do Termo e as alterações do Plano de Investimento, que, diante do encerramento do prazo no dia 16/1/2016, foi encaminhada ao Banco do Brasil, junto com a notificação, sob pena de rescisão do Contrato. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside: a) informar se o Termo Aditivo foi celebrado; b) encaminhar, ao Conselho Fiscal, o Plano de Investimento atualizado.

1.1.6. Ata da 1.228ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, de 28/12/2015. Após exame da referida Ata, o Confis registra que não houve deliberação.

1.2. Verificar, mensalmente, se as cópias das atas das reuniões da Diretoria Colegiada foram entregues no prazo de 10 dias da aprovação (§ 1º do art. 163 da Lei nº 6.404/76). O Confis registra que todas as atas foram entregues no prazo.

1.3. Examinar, mensalmente, as atas das reuniões do Conselho de Administração - Conad, destacando os assuntos



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

mais relevantes, com comentários. **1.3.1 Ata da 268ª Reunião Ordinária do Conad, de 27/11/2015.** Após exame da referida ata, o Confis nada destacou.

1.3.2 Ata da 269ª Reunião Ordinária do Conad, de 17/12/2015. Após exame da referida ata, o Confis destaca: **a)** item 2: aprovação pelo Conad do Plano Anual das Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2016, já aprovado pela Controladoria-Geral da União – CGU; **b)** Processo nº 21200.002129/2015-61 - “Retomada Coordenada da Gestão Integrada da Estratégia, Programas, Projetos e Operações para a Conab”: o Conad aprovou o Plano e a Presidente do Conselho assinou a Resolução aprovando a implantação da Gestão Integrada da Estratégia. **1.4. Verificar, mensalmente, se as cópias das atas das reuniões do Conad foram entregues no prazo de 10 dias da aprovação (§ 1º do art. 163 da Lei nº 6.404/76).** O Confis registra que a Ata da 268ª Reunião Ordinária foi entregue fora do prazo. **1.5. Examinar, mensalmente, a relação das licitações e das contratações da Matriz e das Superintendências Regionais - Suregs, especialmente, as relacionadas aos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93.**

1.5.1. Relação das Licitações da Matriz e das Suregs – Dezembro/2015. O Confis registra que a referida relação não foi entregue ao Colegiado para exame. **1.5.2. Relação das Contratações da Matriz e das Suregs – Dezembro/2015 (CI Gecot nº 02/2016, de 15/1/2016).**

Após exame da referida Relação, o Confis destaca: **a)** item 1 (Processo Sureg/AC 21224.000040/2015-91): trata-se de contrato de prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de todo o material. A dúvida é se a licitação respeitou os parâmetros da IN SLTI/MP nº 02, de 2008, especificamente o disposto nos arts. 42 a 48. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, que a Sureg/AC informe se a licitação respeitou a referida legislação; **b)** item 6 (Processo 21200.002243/2014-18): trata-se de prestação de serviços de atualização de versão de software, suporte técnico e manutenção evolutiva do sistema de gestão de Recursos Humanos. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, encaminhar cópia do parecer jurídico e informar se as suas recomendações foram atendidas; **c)** itens 7 (Processo Sureg/ES 21217.000030/2014-64) e 13 (Processo Sureg/PA 21207.000183/2014-21): trata-se de fornecimento de gasolina para os veículos da unidade de Colatina, Sureg/PA e a UA Ananindeua. A licitação foi dispensada em face do valor da contratação. O Confis recomenda à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, abertura de processo licitatório; **d)** item 10 (Processo Sureg/MG 21208.001034/2009): trata-se de contrato de prestação de serviços de classificação de valor econômico vinculado e/ou de propriedade do Governo Federal – SENAI. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, cópia do parecer jurídico e informar se as suas recomendações foram atendidas; **e)** item 22 (Processo Sureg/PE 21203.000109/2015-25): trata-se de contrato de prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada a ser realizada na Sureg/PE. A dúvida é se a licitação respeitou os parâmetros da IN SLTI/MP nº 02, de 2008, especificamente o disposto nos arts. 42 a 48. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside,

pe
tat
Q



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

que a Sureg/PE informe se a licitação respeitou a referida legislação; f) item 24 (Sureg/PI 21220.000271/2015-35): trata-se de dispensa de licitação tendo em vista que na última realizada não apareceram interessados. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, que a Sureg/PI encaminhe as justificativas para que a mesma não tenha sido repetida, nos termos do art. 24, V, da Lei nº 8.666/93. **1.6. Verificar, mensalmente, se a Companhia vem cumprindo as determinações constantes do art. 3º (Posição de endividamento) do Decreto nº 3.735/2001 – Dezembro/2015.** O Confis registra que a posição de endividamento do mês de dezembro/2015 não foi entregue, ao Colegiado, para verificação. **2. Acompanhamento dos Trabalhos de Auditoria. 2.1. Conhecer, mensalmente, o resultado de acórdãos e auditorias do Tribunal de Contas da União – TCU - Dezembro/2015 (E-mail/Gedop/Audin, de 5/1/2016).** O Confis registra: **a)** Ofício 0598/2015-TCU/SecexAmbiental, de 8/12/2015 – Processo TC nº 029.634/2015-6: trata-se de monitoramento do Acórdão 123/2010-TCU-Plenário. A Corte de Contas faz diversos questionamentos sobre a gestão dos estoques públicos, tais como, fiscalizações, ajuizamento de ações judiciais de cobrança das perdas e desvios em armazenagem, cumprimento de prazos para instrução de procedimentos de cobrança; reforma dos armazéns, etc. O Confis registra que os relatórios de que tratam a solicitação constante dos itens 1.7 e 1.8 do Ofício nº 3/2015/Confis, de 23/7/2015, ainda não foram providenciados. Tais relatórios permitiriam ao Conselho conhecer e acompanhar a gestão dos estoques públicos. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, encaminhar cópia da resposta endereçada ao Tribunal de Contas da União. **3. Acompanhamento das Demonstrações Contábeis e da Situação Financeira da Empresa. 3.1. Analisar os demonstrativos contábeis e financeiros mensais – Dezembro/2015 (CI Audin/Geaud nº 059, de 12/2/2016; CI Sucon nº 52, de 22/1/2016; e CI Sucon nº 059, de 27/1/2016).** O Confis registra: a Companhia obteve um resultado positivo, em dezembro/2015, de R\$ 18.187.975,52, acréscimo de 281,15% em relação ao mês anterior. Esta performance adveio das atividades próprias da Companhia. Após análise, verificou-se que as despesas operacionais tiveram uma retração de 20,09%, o que corresponde ao montante de R\$ 20.180.382,57. Por outro lado, as receitas operacionais diversas sofreram uma queda de apenas 6,78%, o que representa, em valores nominais, a importância de R\$ 7.096.017,82. Isso explica o lucro auferido pela Companhia no período sob análise. Destaque-se a redução nas seguintes despesas: “13.º Salário”, queda de R\$ 2.749.438,21; “Obrigações Patronais”, redução de R\$ 2.580.506,77; “Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência”, diminuição de R\$ 3.193.864,70 (não houve repasse para o Cibrius em Dez/2015); “Sentenças Judiciais”, queda de R\$ 3.744.317,36; e “Serviços Técnicos Profissionais Pessoa Jurídica”, redução de R\$ 2.257.847,67. **3.2. Verificar, mensalmente, se as cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente foram entregues no prazo legal (§1º do art. 163 da Lei nº 6.404/76).** O Confis registra que os documentos foram entregues dentro do

pe

2016
P



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

72

prazo. **3.3. Examinar, mensalmente, o relatório de execução da Lei Orçamentária Anual – LOA – Dezembro/2015.** O Confis registra que o referido relatório não foi entregue, ao Colegiado, para verificação. **3.4. Examinar, mensalmente, a evolução dos Créditos a Receber, em atraso - Relatório Gerencial de Cobrança – Dezembro/2015.** O Confis registra que o referido relatório não foi entregue, ao Colegiado, para verificação. **4. Acompanhamento da Regularidade Fiscal. 4.1. Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.** Certidão válida até 29/3/2016. **4.2. Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.** Certidão válida até 19/3/2016. **4.3. Certidão de Regularidade Fiscal Estadual/Municipal (Governo do Distrito Federal - GDF).** Certidão válida até 16/5/2016. **4.4. Adimplência no Cadastro de Créditos Não Quitados do Poder Público Federal – CADIN.** O Confis registra a adimplência da Companhia junto ao Cadin. **5. Outras Atividades. 5.1. Atendimento a solicitações do Colegiado. 5.1.1. CI Gabin nº 9, de 6/1/2016:** resposta ao item 6.1.2. da Ata da 243ª Reunião Ordinária do Confis, de 7/12/2015. **Solicitação atendida. 5.1.2. CI Audin nº 33, de 19/1/2016:** resposta ao item 3.2. da Ata da 244ª Reunião Ordinária do Confis, de 15/12/2015. **Solicitação não atendida. 5.1.3. CI Gabin nº 11, de 6/1/2016:** resposta ao item 1.4.2., alínea "a", da Ata da 243ª Reunião Ordinária do Confis, de 7/12/2015. **Solicitação atendida. 5.1.4. CI Gabin nº 12, de 6/1/2016:** resposta ao item 1.1.4. da Ata da 243ª Reunião Ordinária do Confis, de 7/12/2015. **Solicitação parcialmente atendida** (atendida, apenas, com relação ao procedimento licitatório). O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, que a Sureg/SP informe a data que efetivou a contratação da empresa Rodopan Transportes Ltda. **5.1.5. CI Gabin nº 13, de 6/1/2016:** respostas aos seguintes itens: **a) Ata da 243ª Reunião Ordinária do Confis, de 7/12/2015: a.1) item 2.3.1., alínea "a": solicitação atendida; a.2) item 2.3.1., alínea "b": solicitação atendida; a.3) item 3.1.: solicitação atendida; b) Ata da 244ª Reunião Ordinária do Confis, de 15/12/2015, item 3.2.: solicitação não atendida. 5.1.6. CI Gabin nº 14, de 6/1/2016:** respostas aos seguintes itens: **a) Ata da 243ª Reunião Ordinária do Confis, de 7/12/2015, item 3.1.: solicitação atendida; b) Ata da 244ª Reunião Ordinária do Confis, de 15/12/2015, item 3.2.: solicitação não atendida. 5.1.7. CI Gabin nº 16, de 6/1/2016:** resposta ao item 6.1.3., alínea "a", da Ata da 243ª Reunião Ordinária do Confis, de 7/12/2016. **Solicitação atendida. 5.1.8. CI Gabin nº 18, de 6/1/2016:** resposta ao item 5.1.4., alínea "a", da Ata da 244ª Reunião Ordinária do Confis, de 15/12/2015. **Solicitação atendida. 5.1.9. CI Gabin nº 625, de 20/11/2015:** resposta ao item 3.5. da Ata da 242ª Reunião Ordinária do Confis, de 13/11/2015. O referido item trata de recomendação e não de solicitação. **5.1.10. Cópia do DOU, de 27/2/2014:** resposta ao item 6.2. da Ata da 244ª Reunião Ordinária do Confis, de 15/12/2015. **Solicitação atendida. 5.2. Acompanhar, mensalmente, o Controle de Pendências.** O Confis registra que o controle de 2016, Atas das Reuniões Ordinárias nºs 245ª e 246ª, será elaborado e atualizado pela Conab, a ser apresentado ao Conselho na próxima

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

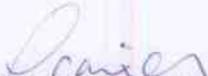
[Handwritten initials]

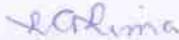


Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

reunião. A atualização do controle referente a 2015 deverá ser apresentada ao Confis na reunião de abril. **6. Acompanhamento de processos.** Cópia do Processo MAPA/CONJUR nº 00400.000078/2015-14 - Consulta relativa à incorporação de função gratificada nas Empresas Públicas Federais. A Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encaminha, ao Ministro da Controladoria-Geral da União – CGU, ofício com cópia dos autos, solicitando a instauração de procedimento administrativo disciplinar com a finalidade de apurar fatos relacionados ao pagamento de vantagens indevidas a empregados da empresa, à revelia de orientações do MAPA, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST e do Conselho Fiscal da Conab. O Confis registra que já encaminhou ao MAPA pedido de abertura de apuração de responsabilidade dos gestores responsáveis pela edição do ato normativo, bem como solicitou à Companhia o levantamento dos valores pagos indevidamente. O Confis solicita à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside, que informe se, atualmente, existem pagamentos relativos à incorporação de função gratificada sendo pagos com base nas Resoluções revogadas, ainda que deferidos antes de 2013. Encaminhe-se cópia desta Ata à Diretoria Colegiada, por meio do Presidente da Conab, que a preside; ao Conad; ao Assessor Especial de Controle Interno do MAPA; e à Controladoria-Geral da União – CGU, para conhecimento e providências que julgarem convenientes. E nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Ana Dora Ramos de Azevedo, Assessora Técnica do Gabinete da Presidência, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião ordinária será realizada no dia 29 de março de 2016, para análise da documentação referente ao 4º (quarto) trimestre de 2015 e, dia 30 de março, reunião extraordinária para aprovação dos demonstrativos contábeis do exercício de 2015.


ISAMARA BARBOSA CAIXETA
Presidente


LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA
Conselheira Titular


LUCAS FONSECA E MELO
Conselheiro Titular


ANA DORA RAMOS DE AZEVEDO
Secretária